



Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPR

**GEOSSÍMBOLOS, REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS DO
MODO DE VIDA RURAL NO CONTEXTO URBANO DA CIDADE DE PONTA
GROSSA – PARANÁ**

**PRÁCTICAS SOCIO-ESPACIALES DE LA FORMA DE VIDA RURAL EN EL
CONTEXTO URBANO DE LA CIUDAD DE PONTA GROSSA - PARANÁ**

**SOCIO-SPATIAL PRACTICES OF RURAL LIFESTYLE IN THE CONTEXT OF
URBAN CITY PONTA GROSSA- PARANÁ**

(Recebido em 17.03.2015; Aceito em: 16.11.2015)

Nicolas Floriani

*Prof. Dr. do Departamento de Geografia
Universidade Estadual de Ponta Grossa
Ponta Grossa, PR, Brasil
e-mail: florianico@gmail.com*

Gilliane Gonzales Gracina

*Geógrafa
Universidade Estadual de Ponta Grossa
Ponta Grossa, PR, Brasil
e-mail: gjgracina@gmail.com*

RESUMO

Este artigo buscou evidenciar a reprodução de práticas socioespaciais do modo de vida rural no contexto urbano da cidade de Ponta Grossa – Paraná. Particularmente, o estudo se desenvolve no loteamento Parque Shangrilá, onde verifica-se uma estrutura de microterritorialidades rurais, expressas materialmente em geossímbolos, associados aos usos produtivo e simbólico das terras. Assim, elaborou-se um sistema de tipologias representando a configuração do loteamento e os seus respectivos sujeitos sociais. A pesquisa baseou-se em metodologias da etnopesquisa- baseadas nas abordagens hermenêutica-fenomenológica e cognitivo-acionalista, a fim de interpretar as narrativas sobre a transformação da paisagem e dos modos de vida rural frente ao processo de urbanização. Os resultados mostram que no município em questão existem microterritorialidades rurais - destacando as trocas materiais de alimentos e plantas medicinais entre vizinhos - que se imbricam

e se hibridizam no e ao modo de vida urbano, ressubjetivando-o. O trabalho também aponta para a necessidade de formular políticas públicas de incentivo à permanência deste modo de vida rural na cidade.

Palavras-chave: microterritorialidades rurais; urbanização; paisagem cultural; geossímbolos; histórias de vida

RESUMEN

El presente texto tiene como objetivo poner de relieve las prácticas socio-espaciales de origen rural en el contexto urbano de la ciudad de Ponta Grossa - Paraná. Particularmente, el estudio se ha desarrollado en el barrio 'Parque Shangrilá', donde se verifica una estructura de microterritorialidades rurales, expresadas materialmente en geossímbolos, asociados al uso productivo y simbólico de la tierra. Por lo tanto, hemos elaborado un sistema de tipologías que representa la configuración de la parcela y sus respectivos sujetos sociales. La investigación se basa en metodologías de la etnoinvestigación, basadas en los enfoques hermenéutico-fenomenológico y cognitivo-acionalista con el fin de interpretar la narrativa sobre la transformación del paisaje y la vida rural modos de frente del proceso de urbanización. Los resultados muestran que en el referido barrio urbano se imbrican y se hibridan microterritorialidades rurales - destacando los intercambios entre plantas medicinales y alimentares entre vecinos, con la cultura urbana hegemónica, resubjetivandola. El trabajo también señala la necesidad de desarrollar políticas públicas para fomentar la permanencia de esta forma de vida rural en la ciudad.

Palabras clave: microterritorialidades rurales; urbanización; paisaje cultural; geossímbolos, historias de vida

ABSTRACT

This paper aims to show the socio-spatial practices of rural livelihoods in the urban context of the city of Ponta Grossa – State of Paraná, Brazil. In particular, the study develops the allotment Shangrila Park, where there is a structure of rural microterritorialidades, expressed materially geossímbolos associated with the production and symbolic uses of the land. Thus, we elaborated a system of types representing the configuration of the lot, with their respective social actors. To this end, it elaborated a typology system representing the allotment setting and their respective social subjects. The research was based on ethnomethodologie, such as hermeneutic - phenomenological and cognitive-acctionalist approaches in order to interpret the narratives about the transformation of landscape and rural way of life against the urbanization process. The results show that rural microterritorialidades are also expressed by the material exchanges of food and medicinal plants between neighbors - that overlap and hybridize in and the urban way of life, giving new meaning to it. The paper also points to the need to develop public policies to encourage the permanence of this rural way of life in the city.

Keywords: rural microterritorialidades; urbanization; cultural landscape; geossímbolos; life histories

INTRODUÇÃO

A sociedade moderna contemporânea, conhecida pela urbanização e pela intensidade de fluxos de informações e serviços, pela artificialização da dinâmica temporo-espacial dos processos biogeoecológicos, acredita estar distante do rural, concebido como um modelo contrário ao que supostamente o modo de vida urbano representa: a representação social hegemônica de rural repercute uma ideia de sociedade ligada à dispersão ou isolamento de grupos sociais, à lentidão e aversão às transformações, à reprodução de valores tradicionais comunitários sobre os individuais, às amarras do pensamento mítico-religioso, e ao peso dos fatores ambientais sobre a vida social. Estas características aparecem como contrárias à modernidade da vida urbana.

Assim, embora os espaços rurais brasileiros estejam topologicamente próximos e circundem as grandes cidades, a cultura da urbanidade é interconectada ao imaginário social do espaço das cidades como uma entidade desconexa e independente do mundo rural.

Entre as décadas de 1970 e 1980, com o auge do processo de industrialização do meio rural, centros urbanos presenciaram o crescimento desordenado de suas áreas por conta do fenômeno do êxodo rural, iniciado em vários epicentros regionais. Tal fenômeno resultou do processo histórico de imposição de um projeto de desenvolvimento econômico e industrial às regiões por parte das oligarquias econômica e política brasileiras, paradoxalmente de origem agrária.

O rural, nesse contexto de modernização (conservadora, pois a estrutura fundiária não fora alterada), deveria submeter-se à racionalização econômico-instrumental do agronegócio, centralizando nas cidades os fluxos de capital, serviços e recursos provindos daquele meio. Impunha-se, assim, um modelo socioespacial sobre outro: o projeto urbano industrial, apoiado na ideologia da modernidade se sobrepunha ao modo de vida rural tradicional, agora submetido à ordem produtivista da agricultura industrial.

Buscando suplantar a representação dicotômica e contraditória de rural/urbano, que fundamenta as formas de conceber o planejamento e as políticas públicas das cidades e dos campos, esta pesquisa visa mostrar a importância de se

pensar o espaço rural-urbano como um continuum abordado por Wanderley (2000) e um complexus (uno e múltiplo) onde possam coexistir territorialidades complementares, a partir das quais possam emergir modos de vida alternativos, que simbolizem o devir de uma 'rurbanidade' assentes em valores humanistas e ecológicos.

Tais reflexões fundamentam-se no estudo de caso realizado no loteamento periurbano 'Parque Shangrilá', onde se buscou evidenciar a existência e a permanência de microterritorialidades rurais no contexto urbano da cidade de Ponta Grossa, Paraná. Procurou-se, para tanto, compreender pelo viés da geografia cultural as formas de reprodução e adaptação das práticas socioespaciais (materiais e simbólicas) do modo de vida rural no contexto urbano da maior cidade (com aproximadamente 312 mil habitantes) da região dos Campos Gerais paranaense, cujo processo de formação socioespacial está intimamente ligada ao desenvolvimento da pecuária extensiva em grandes latifúndios.

MÉTODO

Abordando a relação urbano-rural: microterritorialidades e práticas sociais

Estudar o fenômeno da reprodução da cultura rural em um espaço urbano pelo viés da geografia cultural implica em interpretar as narrativas da realidade vivenciada no passado e cotidianamente por um dado grupo social de origem agrária, isto é, compreender a partir dos discursos como são engendradas as práticas materiais e simbólicas na apropriação do espaço por essa coletividade.

Conforme Lima (2008), a compreensão dessas narrativas passa pela interpretação dos aspectos materiais registrados na paisagem, tais como a casa, o quintal, a roça e a rua, assim como dos aspectos imateriais envolvidos na significação das práticas socioterritoriais, tais como as relações de troca (serviços e saberes), na reafirmação identitária do grupo e os laços de reciprocidade que reforçam a solidariedade entre seus componentes.

Trata-se, portanto, de investigar os aspectos materiais e simbólicos produzidos por um grupo na apropriação de seu território, por meio da entometodológica (ligando práticas e cognições sociais), fenomenológica (da paisagem enquanto elemento de transubjetividade) e hermenêutica (da paisagem

enquanto elemento de intertextualidade e das histórias orais conforme Khoury 2006, enquanto item de intersubjetividade) das realidades vivenciadas por um grupo em seu território (BERQUE,1998,2004 ; HOLZER, 2008).

Bonnemaison destaca que as práticas sociais que compõem a cultura, conectam territórios e identidades; os lugares comportam uma forma simbólica, dando sentido à organização social de uma coletividade. Os geossímbolos, nesse sentido, existem, conforme Joel Bonnemaison (2002) como elo entre o território e a identidade social, sendo definido como:

(...) um lugar, um itinerário, uma extensão que, por razões religiosas, políticas ou culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos assume uma dimensão simbólica que fortalece sua identidade (BONNEMAISON, 2002, p.109).

Por outro lado, evidenciar territorialidades rurais no contexto urbano, exige um entendimento aprofundado do modo de vida rural, ligado à racionalidade camponesa. Para tanto, as teorias sobre a ruralidade nos permite fazer um contraponto ao modo de vida urbano. Assim, estudar os clássicos da sociologia e antropologia rural, tais como Chayanov (1974) e Wolf (1976), permitem apontar elementos caracterizadores do modo de vida rural (atividades produtivas, a forma e organização da família, a divisão interna do trabalho, as relações de troca e vizinhança), em contraposição à urbanidade.

Para desenvolver a pesquisa escolheu-se uma área de estudo considerando a presença de microterritorialidades rurais contemporâneas e atuantes no espaço urbano de Ponta Grossa.

As microterritorialidades são descritas por Castells (2008) como pequenos grupos sociais que identificam-se entre si, possuindo características e identidades próprias e particulares (tais como faxinalenses, quilombolas, indígenas) que se mantêm convictos diante das expansões e modificações impostas pelas macroterritorialidades, definidas pelo mesmo autor como uma estrutura territorial que desempenha poder de forma abrangente apresentado por estruturas dominantes legitimadas por instituições tradicionais e o Estado.

Trazendo a problemática ao contexto socioespacial da cidade de Ponta Grossa, surgem uma série de questões: como se dá a reprodução dessas microterritorialidades (das práticas socioespaciais) ligadas ao modo de vida rural no

Loteamento Parque Shangrilá? Que elementos indicadores da configuração dessas territorialidades estão em jogo na reprodução de modos de vida rural e urbano (ou híbrido) dentro do contexto espacial do município? O que pode nos dizer a paisagem do loteamento? O que as histórias de vida contam sobre o passado do loteamento? Que práticas foram e são atualmente engendradas? Que atores disputam ou convergem na configuração daquele espaço?

Para responder às questões acima, lançou-se mão de um conjunto de trajetórias e procedimentos investigativos a fim de identificar e caracterizar as microterritorialidades rurais no loteamento em questão.

O universo pesquisado restringiu-se a doze sujeitos, representantes das primeiras famílias de moradores a se instalarem na área, apresentando relações produtivas com a terra em seus lotes. Contando, então, com os seguintes sujeitos de pesquisa, procedeu-se à caracterização socioeconômica dos moradores.

De acordo com os Departamentos de Patrimônio e de Urbanismo, órgãos estes, pertencentes à Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, a área do Loteamento Parque Shangrilá é considerada uma área urbana, conforme delineado no plano diretor da cidade, porém, se encontrando praticamente no limite de transição entre o perímetro rural e o urbano. No qual é possível observar as diferenças das atividades e características deste espaço, em relação ao restante da cidade.

O loteamento se localiza no bairro Contorno, na porção Noroeste da cidade Ponta Grossa, localizando-se limítrofe aos bairros de Santa Paula, Dom Bosco e Santa Terezinha, apresentando conforme a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa (2013) uma área localizada na região periurbana da cidade, sendo uma transição entre a zona rural e urbana, composta por 322 lotes, totalmente inseridos na zona urbana da cidade (FIGURA 1).

Parte deste encontra-se em áreas totalmente ocupadas por edificações, em outros termos, absolutamente urbanizada, e outras se apresentam como áreas não ocupadas, contendo lotes vazios, composto por campos, cultivos e plantação de pinus.

A compreensão histórica das memórias dos antigos moradores se deu através do procedimento da história oral, trazendo à tona as lembranças dos moradores que expuseram as relações simbólicas e materiais do loteamento, por meio da “rememorização” (MENESES, 1992; PORTELLI, 1997), sendo estabelecida

e realizada por meio da prática das entrevistas, a interpretação das narrativas, considerando as vivências do espaço nos últimos 30 anos, desde a ocupação do loteamento pelos primeiros moradores.

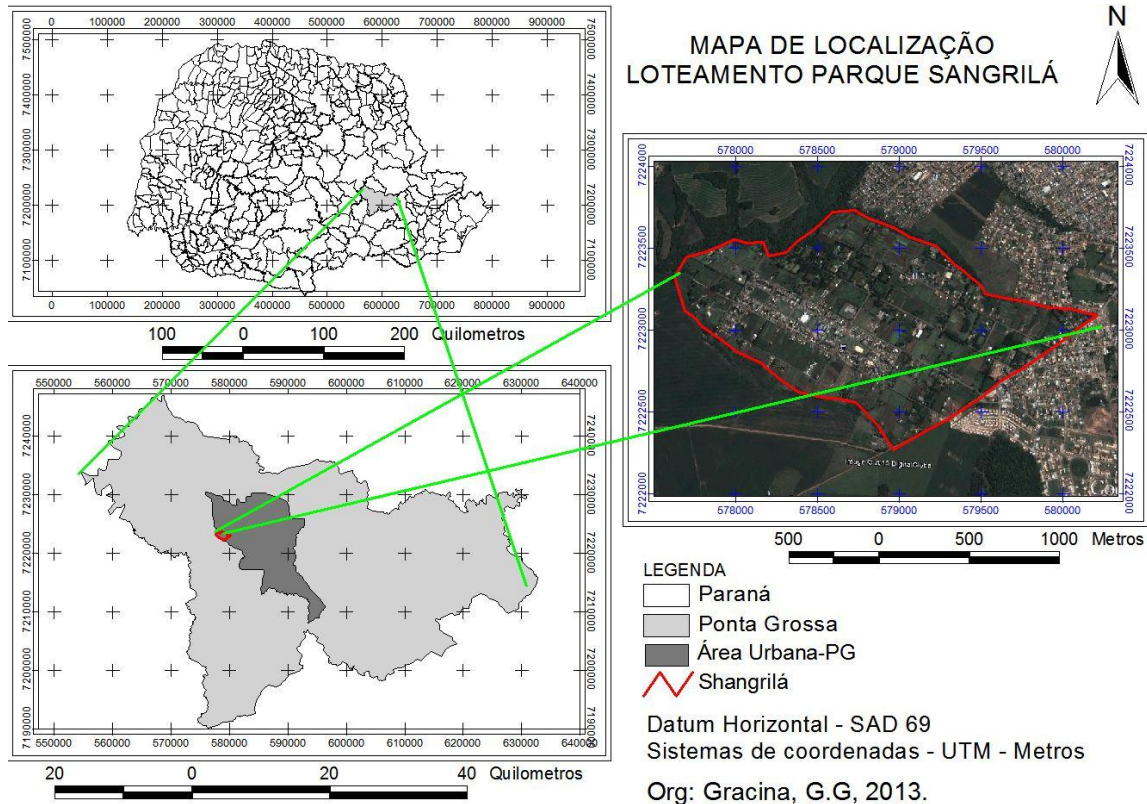


Figura 1: Mapa de localização do Parque Shangrilá.

Ademais, buscou-se caracterizar a paisagem da época em termos de práticas materiais e simbólicas (geossímbolos), com o auxílio da técnica da cartografia participativa (HERRERA, 2009). Destacando durante o processo de rememoração a forma de relação entre os vizinhos, os motivos da vinda para a cidade, a caracterização da paisagem naquele momento, e o porquê exercem e mantêm as práticas relacionadas ao rural em suas vidas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A reprodução dos geossímbolos da territorialidade rural e o significado das práticas agrícolas no espaço periurbano do loteamento Shangrilá

O levantamento de campo permitiu elaborar uma tipologia de elementos paisagísticos, constituída por um conjunto de 8 elementos paisagísticos presentes no loteamento: 1) loteamentos residenciais populares, 2) chácaras de cultivo e criação, 3) residências com cultivos e criação para consumo próprio, 4) áreas pertencentes a empresas, 5) áreas não ocupadas apontadas como destinadas à especulação imobiliária, 6) chácaras de lazer com residências familiares de alto padrão, 7) chácaras de associações e sindicatos profissionais, 8) grande módulos de terras destinadas à monocultivos.

Com o auxílio da ferramenta do Google Earth (2013) foi possível representar sinopticamente as tipologias identificadas em campo (FIGURA 2). Do conjunto de elementos paisagísticos identificados, elaborou-se um quadro sintético associando as tipologias com os respectivos atores sociais envolvidos na organização e disputa territorial (QUADRO 1).

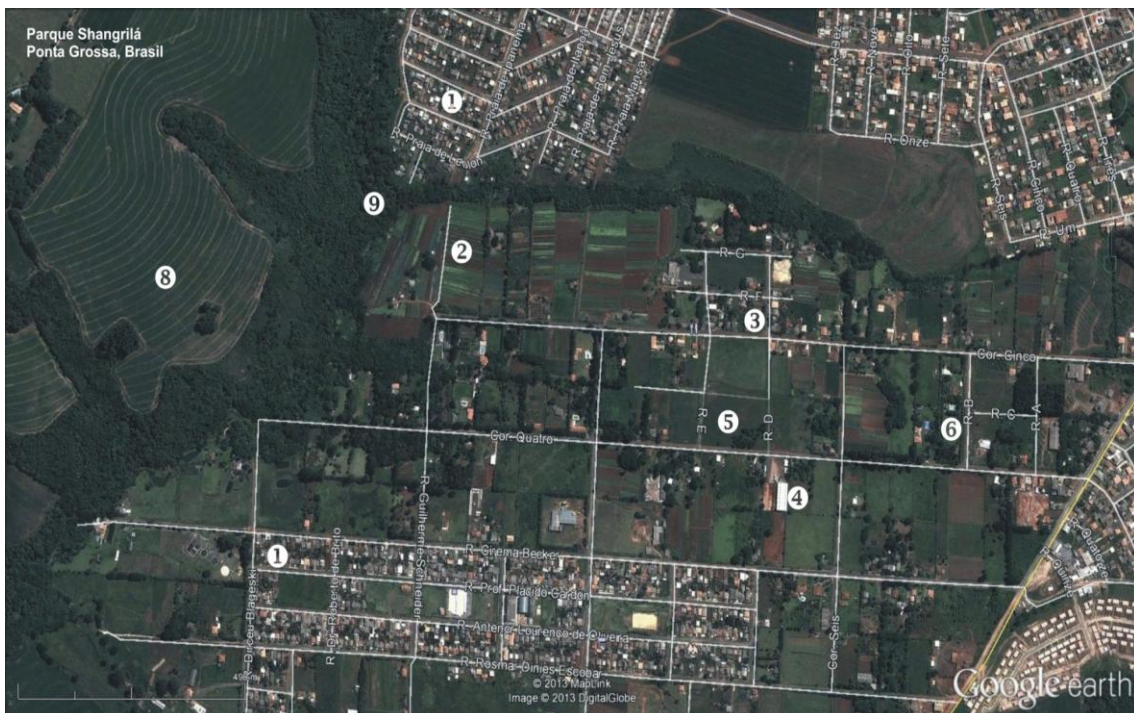


Figura 2. Croqui de localização das tipologias de uso das terras. Legenda: 1- Loteamentos residenciais; 2- Chácaras de cultivo; 3- Residências com cultivos; 4- Áreas empresariais; 5- Lotes vazios; 6- Chácaras de lazer (alto padrão); 7- Chácaras de associações (sindicatos); 8- Mata Ripária ao longo do arroio que circunda parte do loteamento. Fonte: Google Earth (2013). Org: Gracina (2013).

Quadro 1: Caracterização tipológica dos elementos paisagísticos e atores sociais vinculados ao território do loteamento

TIPOLOGIAS	ATORES SOCIAIS
1-Loteamentos residências populares	Trabalhadores urbanos
2- Chácaras de cultivo e de criação de pequenos animais (aves) destinados à comercialização	Agricultores Familiares
3 - Áreas residenciais com a presença de criação e cultivos para o consumo próprio	Antigos Agricultores que se tornaram trabalhadores urbanos
4 - Grandes estabelecimentos agrícolas (latifúndios)	Empresários Rurais
5 - Lotes vazios e cercados destinados à especulação imobiliária	Empresários Urbanos (imobiliárias)/Rurais
6 - Chácaras de lazer, residenciais de alto padrão.	Empresários urbanos e profissionais liberais
7- Chácaras de associações e sindicatos profissionais e clubes	Sindicatos e Associações de categorias profissionais
8- Monocultivos	Empresários Rurais

Org.: Gracina (2013)

Especificamente, para a caracterização dos símbolos que identifiquem as práticas dos agricultores familiares na paisagem foi necessário recorrer à entrevista e à elaboração de croquis participativos. Assim, com base neste foi possível identificar atualmente práticas agrícolas como cultivos, pomares, criação de pequenos animais (galinhas e porcos), ademais, de tipos arquitetônicos, que no conjunto totalizam os geossímbolos rurais.

Os croquis elaborados pelos agricultores e ex-agricultores (FIGURAS 2 e 3), permitiram evidenciar os objetos identitários das práticas materiais, o itinerário e, indiretamente, inferir sobre o cotidiano das primeiras famílias que habitaram o loteamento, e as transformações que ocorrem na área.

Nas residências também aparecem elementos materiais que dão significado ao modo de vida rural no loteamento: os aspectos da arquitetura (varandas, bancos de madeira na frente das casas, residências circundadas por cercas, portões de

madeira); símbolos como fogão e forno a lenha, poços de água, galpão, galinheiro, ferramentas de trabalho como enxadas e arados. Em seu conjunto, casa, horta, pomares, galinheiros que os constituem outro conjunto de geossímbolos rurais (FIGURA 5).

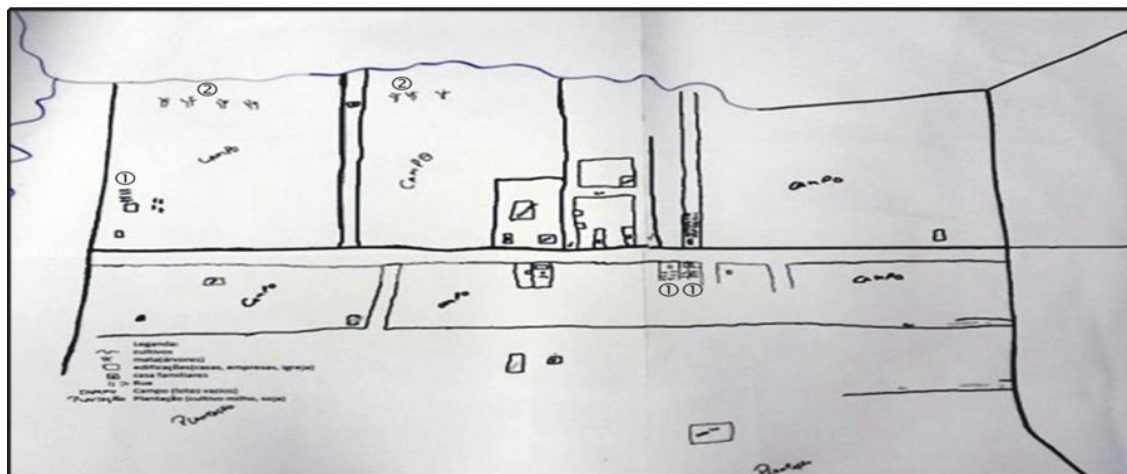


Figura 3: Croqui elaborado por agricultores representando a área de estudo na década de 80.

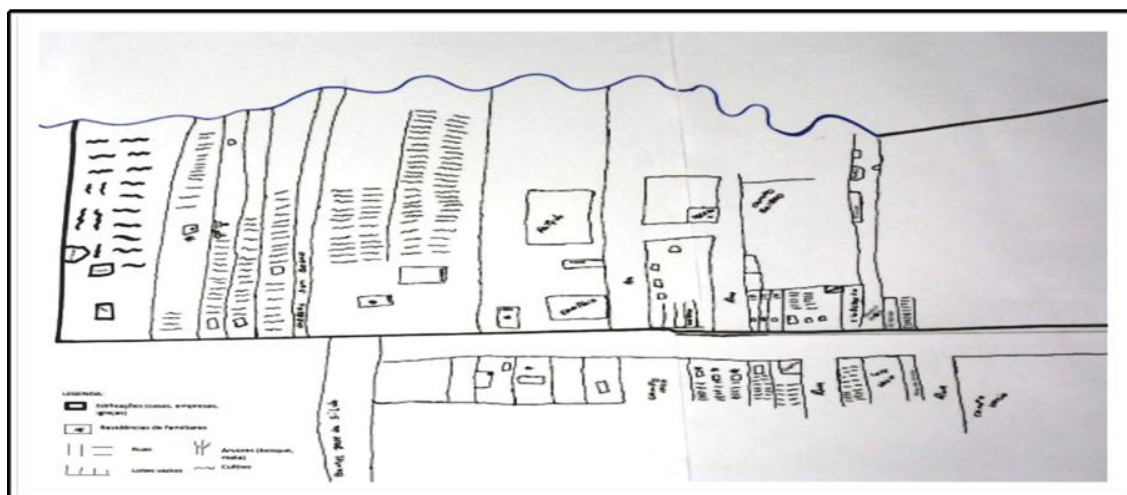


Figura 4: Croqui elaborado por agricultores representando a área de estudo atualmente 2013.



Figura 5: Geossímbolos da microterritorialidade rural no loteamento parque Shangrilá, Ponta Grossa, Paraná. Fonte: Floriani (2013).

Por outro lado, práticas imateriais tais como a organização familiar, trocas de serviços entre vizinhos aparecem como elementos que dão conteúdo aos geossímbolos, caracterizando a territorialidade rural.

No geral as áreas rurais caracterizam-se por apresentar uma organização familiar baseada no trabalho conjunto marido, filhos, e esposa responsável também pelo trabalho da casa e do quintal, além do trabalho na lavoura juntamente com os homens. No Loteamento Parque Shangrilá, presencia-se essa prática, visto que a família está dedicada à atividade econômica central da horticulultura.

Não obstante, em algumas famílias, já não é mais possível verificar tal situação, pois os homens e filhos já não mais trabalham na agricultura em suas propriedades. Nesses domicílios, as esposas tomam conta das atividades da horta e quintal, cujos produtos são destinados à alimentação e ao cultivo de plantas medicinais para a família, além da criação de pequenos animais.

Assim, verificam-se dois modelos de relação com a terra: um ligado à agricultura enquanto atividade econômica, geradora de renda e outra ligada à reprodução de símbolos da cultura rural, sem vínculo direto com a atividade econômica do domicílio. Ou seja, presencia-se um quadro de alteração de certas práticas econômicas ligadas a terra, mas há uma relativa resistência da reprodução do modo de vida rural a partir de uma resignificação da relação desses moradores (a) com a terra dentro do espaço do loteamento.

Partindo dessa constatação, buscou-se compreender por que estes indivíduos mantêm esses elementos e práticas (geossímbolos) em suas vidas. Para tanto, destacam-se algumas narrativas que levam a compreensão dos motivos pelos quais esses sujeitos reproduzem tais hábitos.

[...] gostemo da vida de sítio, não é igual aqui, se pudesse voltava embora, mas não temo recurso, aluguem o o pedaço de terra pra plantá e vivê, e lembrá do sítio [...] (extrato de entrevista com J.S., 2013)

Planto porque me lembro do interior, de quando trabalhava na lavoura. (extrato de entrevista com B.S., 2013).

Crio os cavalos e não me desfaço da terra, porque gosto de ter essa tranquilidade, lembro do passado, me remeto ao rural. (extrato da entrevista com F.S., 2013).

Conforme as narrativas, compreende-se que, embora muitos tenham incorporado em suas vidas cotidianas hábitos urbanos, resignificam hábitos antigos

para relembrem da vida que tinham, fazendo com que se remetam a esses lugares nostalgicamente, admitindo que exercem tais práticas como algo que os conecta.

Transformações e permanências das territorialidades rurais no loteamento parque Shangrilá

A partir do levantamento e realização das entrevistas descreve-se a configuração espaço-temporal da territorialidade rural no Loteamento Parque Shangrilá, o qual teve início com a chegada dos primeiros moradores, no geral de origem rural, vindos de diversas regiões do estado do Paraná, principalmente da região central, norte e arredores da cidade.

Esses moradores trouxeram seus hábitos rurais, dando identidade ao novo lugar habitado, imbricando esse modo de vida rural ao território do espaço periurbano racionalizado.

De acordo com as informações fornecidas pelos moradores entrevistados, verificou-se que a maioria dos moradores reproduziu-se social e culturalmente vinculados à agricultura; enquanto migrantes vieram para os centros urbanos à procura de alternativas econômicas que lhes garantissem saírem do processo de marginalização decorrente da modernização do campo, iniciado entre os anos de 1970 e 1980.

Começaram a alojar-se no loteamento a partir da década de 80¹; a configuração geográfica foi inicialmente composta, de acordo com os moradores, por dois grupos: os novos migrantes provindo de outras regiões rurais do Paraná, e os antigos proprietários de grandes extensões de terra, que convencionalmente cultivavam as monoculturas de soja e milho.

As novas famílias, que tinham como atividade econômica a horticultura, adquiriram seus lotes ou arrendavam parcelas de terra juntamente aos grandes proprietários de terras, que dividiam também parcelas de suas propriedades para a venda de lotes na área periurbana, respondendo à demanda da imobiliária da época.

Assim, o espaço do loteamento apresentava-se no início formando por três atores sociais: as famílias de agricultores migrantes, o poder público municipal que

¹A formação do loteamento tem início, conforme indicam os registros e dados da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa- Paraná (2013) a partir da década de 1960.

se encarregava de fazer o planejamento e a divisão dos lotes e os grandes proprietários de terras que atuavam como empresários rurais e imobiliários.

Partindo dessa contextualização histórica, passaremos a evidenciar a história dos moradores, baseando-se nas memórias das vivências do espaço, focando dois momentos: há 30 anos, final dos anos de 1980 e atualmente, no ano de 2013. A tônica da entrevista responde à questão de como era o loteamento quando os primeiros moradores se inseriram neste, podendo a partir dessa questão fazer inferências sobre as modificações na paisagem e organização social, isto é, como os sujeitos imersos nesse processo representam e vivenciam a transformação do lugar.

Muitas das famílias, ao migrarem para a cidade durante o processo de modernização do campo, partiram à procura de melhorias de vida, buscando trabalho e serviços essenciais; conseguiram adquirir um pedaço de terra nas áreas afastadas do centro da cidade, dedicando-se à agricultura, em terras arrendadas e/ou compradas.

As narrativas destacam e demonstram que o motivo da vinda para a cidade se deu pelo desejo de buscar melhorias de qualidade de vida, inserção profissional, educação, principalmente para os filhos.

Conforme se comprova das memórias narradas.

[...] morava no interior e vim trabalhar com a minha família; meu esposo trabalhava em lavoura, mas era trabalho duro. Viemo com os filho trabalhá por aqui.” (extrato de entrevista com A.S, 2013)

Eu morava em chácara, trabalhava na roça com lavoura, meus pais também; me criei no interior. Com 18 ano eu vim pra cidade pra estudá, mas não estudei, porque comecei a trabalhá numa casa de família, e não deixavam eu saí, porque tinha que estudá de noite. E daí, invés de eu procurá outra casa pra mim trabalhá, fui ficando e não estudei, me arrependo... hoje em dia a gente sofre, [...]. (extrato de entrevista com S.P, 2013)

Baseando-se nos dados socioeconômicos, verifica-se que esses sujeitos na grande maioria possuem pouca instrução profissionalizante, o que segundo eles resultou em inúmeras dificuldades, de inserção no mercado de trabalho na área urbana, pois muitas atividades exigiam certo preparo, e esses não possuíam por não terem a formação técnica exigida.

Conforme a moradora D.A., quando sua família chegou e se instalou na área, o local era totalmente desocupado, composto segundo ela apenas por mato e chácaras. Nas palavras dela:

[...] quando chegamo não tinha nada aqui, era tudo mato e árvore, era um monte de chácara, depois que fizeram casa boa. Nós lá no sitio plantava mandioca, milho e verdura pra come e o resto vendia pros mercado e feira, mas era só o que tinha, daí que a gente veio pra cidade, querendo mudá de vida. Nós morava lá no fundo, e vivia da terra, plantava verdura e milho, mandioca e criava galinha, mas depois meu marido conseguiu um trabalho com caminhão, daí eu pude descansar, ele fez essa casa boa. Mas era sofrido levantava 05:00 da manhã para colher e entregar, tinha até estufa. Eu [sou] só do lar, meu marido é caminhoneiro [caminhoneiro]”.(D.A.)

Outros moradores destacaram que além das chácaras, a formação do loteamento era também composta por grandes áreas de cultivo como destaca as seguintes narrações. “Cheguei tinha só chácara, não tinha nem luz e nem água ainda nas casa; era tudo plantação”.(A.S.)

“quando nós viemos mora aqui, não tinha nada, era tudo mato e plantação; depois que a cidade veio chegando”. (E.P.)

Quando os primeiros moradores vieram do campo, trouxeram consigo os hábitos e costumes rurais, os quais faziam parte de suas espacialidades, sendo estas reproduzidas no loteamento como práticas produtivas e simbólicas.

Após o relato dos moradores mais antigos, os quais testemunharam as transformações espaciais ocorridas na área, buscou-se compreender como se deu a relação de vizinhança e se existiam e existem laços de solidariedade entre esses indivíduos.

A reciprocidade se expressa em termos de trocas produtos (alimentícios e medicinais) e de serviços (troca de dias) por eles foi definida como uma prática passada, raramente reproduzida em termos atuais. O que se constata nas falas é a persistência de trocas de produtos entre familiares mais próximos e vizinhos mais antigos; ao passo que atualmente o trabalho é remunerado (pelo dia de serviço) entre os vizinhos, o que foi constatado em entrevista, conforme as narrativas:

Antigamente nós trocava [produtos] com uns vizinho que moram lá pra cima, mas hoje não tem mais isso. (extrato de entrevista com E.P., 2013).
Não se troca [produtos], isso faziamo lá em Pitanga, aqui é cada um na sua casa, trabalhamo né, não se tem tempo de visita. (extrato de entrevista com J.S., 2013).

Não se troca nada, no sítio nós trocava [produtos] com os parente e os vizinho, mas cidade não é assim. É cada um na suas casa, se conhece mas não visita. (extrato de entrevista com D.A., 2013).

Não se troca [produtos], uns vende, outros é só pra come mesma. (extrato de entrevista com A.S., 2013).

Esses relatos testemunham a mudança de concepção de tempo. A vida no meio rural está vinculada ao tempo dos ciclos da natureza, da criação e reprodução da vida; na vida urbana a concepção de tempo está atrelada ao ritmo da indústria, da produtividade, da racionalização do tempo e do espaço.

O que antigamente era trocado ou mesmo doado, hoje é comercializado, alterando o sistema de valores tradicionais (substantivo) pelo econômico. Assim, o individualismo em detrimento da coletividade, o econômico em detrimento do substantivo parecem prevalecer atualmente nas práticas materiais e simbólicas desse modo de vida.

CONSIDERAÇÕES

A urbanidade foi parcialmente incorporada no cotidiano dos moradores do loteamento Parque Sangrilá, Município de Ponta Grossa, paraná. Há elementos que indicam uma relativa resistência das antigas práticas rurais (as trocas de alimentos entre os familiares e a preferência pela contratação dos antigos vizinhos na lida da horta) não sendo substituídas por completo e sim adaptadas.

As mudanças ocorreram dentro da conjuntura do loteamento conforme a cidade foi cercando-o e aproximando-se deste, com isso, esse incorporou hábitos urbanos, explicados por ser uma área urbana.

Dessa forma, embora a maioria dos moradores possuam origens rurais, alguns incorporaram a urbanidade em suas vidas, deixando de exercer práticas rurais, como é o caso de F.S.

Vivi no campo enquanto jovem, quando vim para a cidade comprei aqui esses lote com intuito de cultivar, cultivei inicialmente, mas hoje não pratico mais essa atividade, arrendo uma parte, e outra tenho uma pequena chácara que faço uso aos fins de semana. Tenho a chácara de lazer, onde descanso com minha família e crio alguns cavalos como esporte. (extrato de entrevista com F.S., 2013).

Algumas mudanças se deram devido ao avanço urbano, resultando em alterações nos hábitos cotidianos, os quais eram transmitidos de geração a geração, como afirma um dos moradores entrevistados.

Antigamente era tudo mais fácil, não era como hoje. Eu gosto do interior Deus o livre, me lembro dos lugar que o meu pai trabalhava , é bom porque, as pessoa não sabiam o que era um salário mínimo, o preço do litro de combustível, não sabia o preço de uma luz elétrica, telefone jamais de imaginava, nem tinha, era uma vida muito tranquila, não tinha mordomia, mas era bom. Vão embora para cidade porque todo mundo qué dá uma vida melhor, uma mordomia pros filho né. Hoje tenho dois filho formado, o filho é formado em administração é consultor, minha filha fez história, o que deu pros meus filho de melhor foi o estudo. (extrato de entrevista com D.D., 2013).

Segundo a fala acima, vê-se que conforme os hábitos urbanos encontram os rurais, esses podem acabar se perdendo, ou modificando-se, não é o que ocorre no bairro de forma geral, pois esse mantém sua característica rural de forma visível.

Porém, sofre influência urbana, e um fator responsável por gerar essas mudanças de hábito são as faltas de políticas públicas que incentivem os pequenos e médios produtores, conforme um dos entrevistados, produtor e morador da área há mais de 24 anos, aponta:

Hoje a vida não tá fácil, vivo desiludido, porque o agricultor não é valorizado não tem nenhuma ajuda da prefeitura e os preço das verdura são baixo pra comercializa, o mercado que decide o preço e vende caro. A gente se mata trabalhando, acorda de madrugada, pra ganha as vez menos que um salário mínimo. Muito antigamente tinha muitas família que plantava, que era agricultor, não faz mais, por causa de não ter valor. Recebe poco, muitos já venderam a terrinha que tinha por causa dos loteamento que tão construindo, aqui pra trás tinha só mato, derrubaram tudo pra fazer casa, daqui a pouco vende onde nós tamo e constrói loteamento também. Aí tem que arrenda notro lugar pra planta. (extrato de entrevista com J.P., 2013).

A narração de J.P. mostra que essa profissão vem se extinguindo em virtude da não valorização do seu trabalho, caso apontado por um dos moradores sobre os fatos que delineiam a vida dos pequenos agricultores, nos centros urbanos, o que os força a abandonarem suas atividades, e conforme o avanço da cidade estes vão a cada dia perdendo seus espaços.

Confirmando que a falta de incentivo por parte do governo para com os pequenos produtores, os quais estão sendo pressionados e oprimidos pelos avanços urbanos, conforme a malha urbana se estende, acabam sendo afastados.

Uma vez que, os locais de cultivo acabam-se tornando conjuntos residenciais, o que acarreta em um grande problema social, pois estes pequenos agricultores são responsáveis pela presença básica de muitos tipos de alimentos como as hortaliças e leguminosas, presentes em importantes centros comerciais da cidade.

Com este processo de estrangulamento dos pequenos espaços em meio aos grandes latifúndios produtores, terras vinculadas à especulação imobiliária e áreas de ocupação residencial, implicam em uma impossibilidade de permanência daqueles nestas áreas, o que poderão ocasionar em futuras ausências de variedades alimentícias no polo de Ponta Grossa-PR.

Outras famílias exercem atividades distintas das rurais, sendo essas atividades em setores industriais da cidade, onde muitos são filhos de antigos moradores do loteamento, e embora, tenham sido criados dentro dessa cultura campesina não as reproduzem. mesmo vivendo em uma área que comporte e mantenha aspectos rurais, não visualizam esta da mesma forma que seus pais e avós, nem reproduzem os geossímbolos em suas vidas.

O modo de vida rural, para além da produção agrícola, pode significar dentro da cidade uma forma alternativa de vida, compondo um modelo que leve em conta o relacionamento com os saberes tradicionais e a natureza, diferença nas relações sociais (formas de vivência), baseado em uma nova espacialidade e temporalidade, indo contra a racionalização e resistindo as modernidades atuais.

Referências

BERQUE, A. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998, p. 84-91._____. *La trajectionpaysagère*. [S. l.]: Hipergeo, 2004.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Geografia Cultural: um século* (3). Rio de Janeiro: UERJ, 2002. p. 83-131.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*. Tradução de KlausBrandiniGerhardt. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CHAYANOV, A. V. *La organizacion de launidadeconomica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.

HERRERA, J. *Cartografia Social*. Córdoba: Universidad Nacional Córdoba, 2009. p. 3-21. Disponível em: <<http://www.extension.unc.edu.ar/vinculacion/instituciones-sociales-y-salud/acciones-realizadas/actividades-realizadas/2009/seminario-extensionista-aportes-de-la-epidemiologia-comunitaria/unc-seu-herrera-cartografia-social.pdf/view>> ou <www.extension.unc.edu.ar/herrera_j._carto_social.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2010.

HOLZER, W. Trajeção: reflexões teóricas sobre a paisagem vernacular. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Espaço e cultura: pluralidade temática*. Rio de Janeiro: UERJ, 2008. p. 155-172

KHOURY, Y. A. O historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: _____. ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y. A.; MACIEL, L. A. (Orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho D'Água, 2006. p. 22-43.

MENESES, U. T. B. *A história, cativa da memória?* Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. São Paulo: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 34, 1992. p. 9-23.

LIMA, R. M. *O Rural no urbano: uma análise do processo de produção do espaço urbano de Imperatriz/MA*. Imperatriz/MA: Ética, 2008.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: _____. *Projeto História: Revista e Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP* (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo, 1997. p. 13-49.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, Cadastro Técnico Municipal (CTM), Departamento de Urbanismo(DU).

WANDERLEY, M. N. B. *A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo*. Rio de Janeiro: Estudos Sociedade e Agricultura, n. 15, CPDA/UFRRJ, out. 2000. p. 87-145. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quinze/nazare15.htm>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

WOLF, E. R. *Sociedades Camponesas: Curso de Antropologia Moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

(Recebido em 17.03.2015; Aceito em: 16.11.2015)